

A ACESSIBILIDADE DE LIBRAS NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE PARNAÍBA – PI

Diego de Oliveira Barbosa, Sergio Emanuell de Oliveira Portugal, Edmara de Castro Pinto

Universidade Federal do Piauí - UFPI. E-mail: diesentinela0112@gmail.com

Universidade Federal do Piauí - UFPI. E-mail: sergioemanuell1@hotmail.com

Universidade Federal do Piauí - UFPI. E-mail: edmaracastro@hotmail.com.br

RESUMO

O presente artigo visa mostrar como a Libras é associada aos colégios estaduais de Parnaíba, no estado do Piauí. Os instrumentos de coleta de dados foram pesquisas em campo, visitando as escolas, e através de pesquisa bibliográfica referente ao conteúdo histórico, legislativo e social do conteúdo, sendo de natureza qualitativa. Objetiva-se relatar como a Língua Brasileira de Sinais é incorporada ao dia a dia do professor do Ensino Médio e dos alunos, contemplando dificuldades e desafios para a educação dos surdos. A pesquisa se iniciou com o intuito de mostrar como a Libras é de fundamental importância para que as pessoas surdas possam ter a oportunidade de estudar e prevalecer na vida, além de servir de instrumento para convívio e aceitação social. Outro ponto que inspirou a criação do presente trabalho foi a divulgação do histórico da luta pelos direitos dos surdos. Nesse sentido propõe-se que sejam mais discutidas as relações sociais cabíveis à Libras.

Palavras-chave: Libras, Surdos, educação, ensino médio.

INTRODUÇÃO

As pessoas surdas, na antiguidade, eram vistas como seres inferiores pela sociedade. Segundo Goldfeld (1997), os surdos sofriam com estigmas, como pessoas castigadas pelos deuses. Portanto foram rejeitadas ou mortas em sacrifícios. Em 1750, Charles Michel de L'Épée, abade francês, fundou o Instituto Nacional de Surdos-Mudos da França, cujas metodologias foram difundidas em muitos países pelo mundo, especialmente na Europa. Um professor americano chamado Thomas Hopkins Gallaudet viajou até a Europa para se aprofundar na Educação de pessoas surdas. Na Inglaterra encontrou Thomas Braidwood, um professor escocês, fundador da primeira escola de surdos da Inglaterra. Strobel (2008) afirma que o esforço de Gallaudet foi em vão, já que Braidwood se recusou a compartilhar dados de sua metodologia de ensino. Após isso, Gallaudet encontra L'Épée na França. Com isso, aprende

sobre o sinalário e alfabeto manual francês. Com Laurent Clerc, considerado um dos melhores alunos de L'pée, Gallaudet retorna aos Estados Unidos e juntos fundam a primeira escola permanente para surdos, onde se utilizam sinais franceses e fala inglesa.

Em Milão na Itália, 1880, acontece o Congresso de Milão. Nesse Evento houve a proibição do uso da língua de sinais em toda Europa. De acordo com Wrigley (1996) a história dos surdos é decepcionante, trazendo de volta a dominação e a exclusão que marcou a vida da comunidade surda. Décadas mais tarde, em 1960, Dr. William C. Stokoe, em Washington, descobre que a língua de sinais americana tem aspectos linguísticos. Então, a partir disso a língua de sinais começa a ser oficializada em várias partes do mundo. Esse é um resumo do histórico mundial da língua de sinais. No Brasil, o advento da educação dos surdos começa quando Dom Pedro II trouxe Ernest Huet, professor surdo francês, para o Brasil. Em 1857 foi fundada a primeira escola para surdos, o INES, no Rio de Janeiro, que também abrigava meninos surdos. Essa escola foi de substancial importância para a existência da Libras – Língua Brasileira de Sinais, já que misturavam o sinalário francês com a língua nativa brasileira. No Brasil, os anos de 1888, é assinada a Lei Áurea, concedendo liberdade aos escravos brasileiros. Em 1889 a República Brasileira é constituída. Com esses dois eventos históricos da nação, vemos que os surdos são impedidos de usarem sua língua mãe, sendo obrigados a fazer uso do oralismo. Enquanto o Brasil cresce social e democraticamente, a comunidade surda sofre retrocesso educativo. De acordo com Ciccone (1996), as décadas de 1980 e 1990 foram importantes para o renascimento da língua de sinais no Brasil. A filosofia educacional Comunicação Total, onde se utiliza toda forma de comunicação como sinais, fala, dança, música, foi a principal ferramenta de inclusão dos surdos na vida cotidiana, especialmente na educação. As escolas especiais ainda estavam agregadas ao oralismo, mas aos poucos introduziam a língua de sinais. No Brasil, ainda não se considerava os sinais como uma língua própria. Na legislação há duas leis cruciais para a oficialização do Brasil como um país bilíngue. A primeira é lei de número 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Ela abrange todas as pessoas com deficiência. Ela estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas deficientes ou com mobilidade reduzida. O art. 18 do CF brasileiro (lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000) disciplina in verbis “art.18. O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braile, língua de sinais e de guia intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação”. No artigo 18, podemos perceber o uso de termos atuais da Libras, como intérprete e língua de sinais. A outra lei que definiu a oficialização da Libras no Brasil foi lei de nº 10.436 de 24 de abril de 2002. Relata-

se, no art.1º, que: é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (Brasil, 2002). Em 22 de dezembro de 2005, a Lei nº 10.436 é regulamentada pelo Decreto Federal nº 5.626. O decreto estabelece uma referência da luta dos surdos pela conquistas dos seus direitos, pois ele dá ao surdo o direito de ser instruído e avaliado por meio da sua língua natural, a Libras:

VI- adotar mecanismos de avaliação coerente com o aprendizado de segunda língua, na correção das provas escritas, valorizando o aspecto semântico e reconhecendo a singularidade linguística manifestada no aspecto formal da Língua

Portuguesa;

VII- desenvolver e adotar mecanismos alternativos para avaliação de conhecimentos expressos em Libras, desde que devidamente registrados em vídeo ou em outros meios eletrônicos e tecnológicos (Brasil, 2005).

Mesmo após tantas conquistas na inclusão dos surdos, ainda se percebe uma divisão entre os surdos e os ouvintes ocasionado, muitas vezes, por preconceito. Mas escolas, isso se reflete na falta de preparo, da coordenação e dos professores. O desenvolvimento do surdo se dá mediado pela aquisição da linguagem de sinais e a consequente inserção no mundo da cultura (SACKS, 2010)

METODOLOGIA

A metodologia usada nesse artigo, foi, uma pesquisa explorativa, auxiliada por recursos bibliográficos acerca de obter informações sobre a acessibilidade de Libras (Língua brasileira de sinais) nas escolas estaduais na cidade de Parnaíba-PI. Com essa pesquisa, obtiveram-se informações do tipo quantitativa e qualitativa, cujo as informações foram adquiridas através de entrevistas feitas em quatro escolas estaduais com professores efetivos graduados em ciências biológicas pelas Universidades Federais e Estaduais do Piauí. Foram selecionadas dez perguntas, cujo os professores responderam através de gravação de áudios, para que se obtivesse uma pesquisa mais articulada em forma de entrevista, onde os pesquisadores faziam as perguntas oralmente e os entrevistados as respondiam na hora.

As pesquisas foram feitas com a permissão da direção das escolas e dos professores, onde duas escolas tinham alunos surdos matriculados e duas não haviam. Nas duas primeiras

escolas, onde haviam alunos surdos, foram realizadas entrevistas com três professoras de idades distintas e que haviam lecionado para alunos surdos, nas outras duas escolas, as entrevistas foram feitas apenas com um professor de cada, que não tiveram a oportunidade de lecionar para essa classe de alunos.

RESULTADOS

Como foi exposto na Metodologia, foram entrevistados quatro professores de Biologia, sendo dois de escolas que não tinham discentes surdos e outros dois de escolas que tinham alunos surdos. As perguntas feitas abordam os seguintes aspectos da educação: formação do docente, conhecimento da Língua Brasileira de Sinais, recursos/metodologias utilizadas em sala de aula, relação com os alunos surdos e importância de intérpretes trabalhando na escola.

Foi pedido para que os professores respondessem às perguntas, enfatizando a formação acadêmica que tiveram e outras possíveis oportunidades de formação em Libras. Todos os professores entrevistados são graduados em Ciências Biológicas. Apenas o que mudou em relação um ao outro foi a instituição que frequentaram. Nenhum dos entrevistados tinha formação em inclusão. Também não tiveram a disciplina de Libras na grade curricular dos seus respectivos cursos. Para que haja a inclusão dos surdos na sociedade, é necessário que os professores sejam capacitados a atender a demanda educacional que essas pessoas precisam. Sem um conhecimento técnico é difícil conseguir a completa integração do surdo à sociedade.

Na primeira escola visitada, ambas as professoras relataram ter conhecimento mínimo ou inexistente de Libras, mas já afirmaram que tiveram experiência com alunos surdos. O professor 1, segundo questionamento sobre a metodologia que ele usaria para dar aula, ele afirmou que não teria uma metodologia diferente. Apenas o auxílio do intérprete. Esse mesmo docente afirmou ter tido uma aluna com necessidades especiais auditivas, mas não aplicou qualquer tipo de avaliação com ela, pois a aluna necessitava de intérprete e ele só podia ficar pelas manhãs enquanto as aulas eram ministradas pela professora pela tarde. O professor 2 afirmou que tem conhecimento mínimo. O seu contato mais frequente é com um sobrinho que apresenta surdez e o ensina alguns sinais próprios da Libras. E também afirma que já lecionou para alunos surdos, acompanhados de intérpretes. Para que haja a aprendizagem do aluno surdo, tinha como recurso o Datashow para visualização do conteúdo, aulas de laboratório com microscópio e visitas à Universidade

Federal do Piauí para práticas nos laboratórios e o suporte do intérprete para que houvesse a transição do conteúdo para o aluno surdo. O professor 3, faz parte do corpo docente de outra instituição que também tem alunos surdos. Ele afirmou que não tem conhecimento em Libras. As aulas têm o acompanhamento de intérpretes, que auxiliam na comunicação entre aluno-professor. Porém, alguns alunos mantêm uma relação de dependência tão forte que demonstram preguiça para realizar as atividades de sala de aula, como copiar o conteúdo repassado pela professora quando o intérprete falta a aula. O professor também relatou que nunca mudou sua metodologia de ensino, nem sua forma de avaliar, pois sempre conta com o auxílio de um intérprete. O professor 4 faz parte de uma instituição de ensino onde não tem alunos surdos. Ele relatou que não tem conhecimento em Libras e que nunca lecionou para alunos surdos. No questionamento sobre metodologia diferenciada de aula, ela relatou que não saberia como adaptar as formas de ensino corriqueiras de alunos ouvintes para aluno surdos. Ele afirmou que se fosse lecionar para alunos surdos precisaria buscar por conta própria um meio adquirir profissionalização na Libras. Os recursos didáticos usados pela professor são bastante comuns, portanto infere-se que a adaptação das informações pode ser limitada, já que os meios áudio visuais são complexos de serem reproduzidos em textos, muito comuns no ensino frequente. Uma das perguntas do questionário é se o professor saberia fazer alguma adequação na sua metodologia e avaliações para os alunos surdos. Como anteriormente falado, o professor buscaria por si mesmo um curso preparatório de Libras para aprender e conseguir fazer adaptações em suas aulas. Mas ela já tem em mente quais abordagens faria, que são, avaliação escrita, trabalho escrito, trabalho manual, cartaz e desenhos. Em outra pergunta do questionário, a intenção foi averiguar se as outras disciplinas pedagógicas auxiliariam o professor a lidar com os alunos surdos no quesito de fazer adaptações em sua metodologia de ensino e em suas avaliações, e ela respondeu que não seriam suficientes, pois não teve nada voltado para a Libras. O professor 5 que também faz parte de uma instituição que não possui alunos surdos, nunca fez um curso de capacitação e nem lecionou para alunos surdos. A metodologia utilizada por ele não passava do rotineiro, relacionado a adequações, o professor não se preocupou em mostrar formas de ensino diferenciadas, mas se fosse necessário, ele buscaria qualificação em Libras para inovar suas aulas.

CONCLUSÃO

Essa pesquisa nos possibilitou levantar informações sobre as práticas pedagógicas na área de Libras dos professores de Biologia de algumas escolas estaduais de Parnaíba-PI. Nossa pesquisa nos proporcionou uma possibilidade de avaliar as condições de ensino dos professores para com os alunos surdos nas escolas. Condições essas que são, qualidade do ensino, disponibilidade de intérpretes, uso de laboratório, ferramentas como data show e etc. Observamos que as atitudes pedagógicas dos professores que participaram da pesquisa revelam um histórico de descaso para com os surdos. A história dos surdos é marcada por intervenções político-sociais que os impediram por muito tempo de se manter iguais no mesmo nível dos ouvintes.

Como os professores não têm conhecimento em Libras, assim como os alunos, eles são muito dependentes dos intérpretes, essa dependência é tão grande que os professores não se preocupam em se capacitar para atender as necessidades dos alunos surdos.

Os intérpretes representam para o alunos uma forma de se comunicar com o mundo ouvinte, sendo, quando um intérprete falta a uma aula, os alunos surdos ficam completamente dispersos do que está sendo discutido na aula, e os professores, por conta dessa dispersão ficam desmotivados a continuar dando a aula.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

BRASIL Lei 10.436, de 24 de Abril de 2002. Dispõem sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

BRASIL Decreto nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõem sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

GOLDFELD, Marcia. **A Criança Surda: Linguagem e Cognição numa Perspectiva Socio-interativa**. São Paulo: Plexus, 1997.

NOGUEIRA, Clélia M. Ignatius; CARNEIRO, Marília I. N; NOGUEIRA, Beatriz N. **Língua Brasileira de Sinais – Processo Inclusivo na Educação Básica**. Maringá: Cesumar, 2010.

SACKS, Oliver. **Vendo Vozes**. Trad. Laura T. Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

STROBEL, Karin L. **As Imagens do Outro sobre a Cultura Surda**. Florianópolis: UFSC, 2008.

WRIGLEY, Oliver, **Política da Surdez**, Washington: Gallaudet University Press, 1996.